

INFORMAÇÕES GERAIS

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

LEIS

- [Lei Federal nº 9.637 de 15 de maio de 1998](#) – Qualificação de entidades como organizações sociais
- [Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011](#) – Lei Acesso à Informação
- [Lei Estadual nº 15.503 de 28 de dezembro de 2005](#) – Qualificação como Organizações Sociais Estaduais - GO
- [Lei Estadual nº 18.025 de 22 de maio de 2013](#) – Lei Acesso à informação – GO

PORTARIAS

- [Portaria nº 292/2016 SES/GO](#) – Padronização de informações de custos e alteração nos prazos
- [Portaria nº 518/2018 SES/GO](#) – Composição e competências da COMACG

DECRETOS

- [Decreto Federal nº 9.190 de 01/11/2017](#) – Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 9.637
- [Decreto Estadual nº 7.904 de 11/06/2013](#) – Regulamento a Lei nº 18.025 - Acesso à informação

RESOLUÇÕES

- [Resolução Normativa nº 007/2011 TCE/GO](#) – Fiscalização da qualificação de entidades como Organizações Sociais, da formalização e execução dos Contratos de Gestão firmados pelo Estado, regulamenta as prestações de contas anuais e dá outras providências
- [Resolução Normativa nº. 013/2017 TCE/GO](#) – Fiscalização da qualificação de entidades como Organizações Sociais, da formalização e execução dos Contratos de Gestão firmados pelo Estado, regulamenta as prestações de contas anuais e dá outras providências
- [Resolução Normativa nº. 004/2018 TCE/GO](#) – Retifica a Resolução Normativa nº 013/2017, para correção de erro material
- [Instrução Normativa nº 34/2016 - CGE/GAB de 09/05/2016](#) – Estabelece a sistemática de fiscalização a cargo da Controladoria Geral do Estado (CGE) na prestação de contas de recursos transferidos voluntariamente pelo Estado de Goiás a municípios e entidades sem fins lucrativos, em especial para OSCs, ONGs, OSs e OSCIPs, ainda que por intermédio de contratos de gestão e termos de parceria

- [Instrução Normativa nº 37/2016 - CGE/GAB de 21/06/2016](#) – Estabelece a sistemática de análise e aprovação a cargo da Controladoria-Geral do Estado (CGE) dos regulamentos para a contratação de obras, serviços, compras e admissão de pessoal das Organizações Sociais que possuem contratos de gestão celebrados com o Estado de Goiás

MANUAIS

- [Manual de Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão com OSS – SES/GO](#)
- [Procedimento Operacional Padrão da COMFIC – SES/GO](#)

ESTATUTOS SOCIAIS

- [Estatuto Social Consolidado – A.G.E. 30/07/2020 \(Estatuto Vigente\)](#)
- [Estatuto Social Consolidado – A.G.E. 05/08/2020](#)

LEGISLAÇÃO SES/GO

- [Legislação - OS Transparência \(SES/GO - 28/11/2019\)](#)
- [Legislação aplicável \(SES/GO – 18/03/2020\)](#)

Publicação: 05/05/2021

Atualização: 06/10/2021

INFORMAÇÕES GERAIS

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

LEIS

- [Lei Federal nº 9.637 de 15 de maio de 1998](#) – Qualificação de entidades como organizações sociais
- [Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011](#) – Lei Acesso à Informação
- [Lei Estadual nº 15.503 de 28 de dezembro de 2005](#) – Qualificação como Organizações Sociais Estaduais - GO
- [Lei Estadual nº 18.025 de 22 de maio de 2013](#) – Lei Acesso à informação – GO

PORTARIAS

- [Portaria nº 292/2016 SES/GO](#) – Padronização de informações de custos e alteração nos prazos
- [Portaria nº 518/2018 SES/GO](#) – Composição e competências da COMACG

DECRETOS

- [Decreto Federal nº 9.190 de 01/11/2017](#) – Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 9.637
- [Decreto Estadual nº 7.904 de 11/06/2013](#) – Regulamento a Lei nº 18.025 - Acesso à informação

RESOLUÇÕES

- [Resolução Normativa nº 007/2011 TCE/GO](#) – Fiscalização da qualificação de entidades como Organizações Sociais, da formalização e execução dos Contratos de Gestão firmados pelo Estado, regulamenta as prestações de contas anuais e dá outras providências
- [Resolução Normativa nº 013/2017 TCE/GO](#) – Fiscalização da qualificação de entidades como Organizações Sociais, da formalização e execução dos Contratos de Gestão firmados pelo Estado, regulamenta as prestações de contas anuais e dá outras providências
- [Resolução Normativa nº 004/2018 TCE/GO](#) – Retifica a Resolução Normativa nº 013/2017, para correção de erro material
- [Instrução Normativa nº 34/2016 - CGE/GAB de 09/05/2016](#) – Estabelece a sistemática de fiscalização a cargo da Controladoria Geral do Estado (CGE) na prestação de contas de recursos transferidos voluntariamente pelo Estado de Goiás a municípios e entidades sem fins lucrativos, em especial para OSCs, ONGs, OSs e OSCIPs, ainda que por intermédio de contratos de gestão e termos de parceria

- [Instrução Normativa nº 37/2016 - CGE/GAB de 21/06/2016](#) – Estabelece a sistemática de análise e aprovação a cargo da Controladoria-Geral do Estado (CGE) dos regulamentos para a contratação de obras, serviços, compras e admissão de pessoal das Organizações Sociais que possuem contratos de gestão celebrados com o Estado de Goiás

MANUAIS

- [Manual de Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão com OSS – SES/GO](#)
- [Procedimento Operacional Padrão da COMFIC – SES/GO](#)

ESTATUTOS SOCIAIS

- [Estatuto Social Consolidado – A.G.E. 30/07/2020 \(Estatuto Vigente\)](#)
- [Estatuto Social Consolidado – A.G.E. 05/08/2020](#)

LEGISLAÇÃO SES/GO

- [Legislação - OS Transparência \(SES/GO - 28/11/2019\)](#)
- [Legislação aplicável \(SES/GO – 18/03/2020\)](#)

Publicação: 05/05/2021

Atualização: 06/10/2021



Fábio Vilela Matos

Superintendente Administrativo